

A ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) NO CAMPO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA GUINÉ-BISSAU¹

João Paulo Santim Có – Unilab/CE²

Igor Monteiro Silva – Unilab/CE³

RESUMO

O problema do meio ambiente tem se tornado um problema global, envolvendo tanto o Estado quanto diversas entidades da sociedade civil e terceiro setor no desafio da preservação. Nesse contexto, verifica-se que a problemática ambiental na Guiné-Bissau é um objeto de debate recente, sobretudo com a tomada de consciência da sociedade civil nas décadas de noventa (90), que culminou, dessa maneira, com o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), por exemplo da Tiniguena, Ação para o Desenvolvimento e entre outros organismos que propõem a necessidade de prevenção e conservação ambientais no país. O presente trabalho tem como finalidade analisar as origens dos problemas do meio ambiente na Guiné-Bissau e procura entender a relação social com meio ambiente e, por último, analisar as formas de atuação das organizações não governamentais (ONGs) no campo dos conflitos ambientais em território guineense. Sendo assim, para constituirmos esse trabalho, procedemos em termos metodológicos em uma revisão bibliográfica, sobretudo, nas análises e consultas dos livros, artigos, revistas, estatutos das ONGs, projetos, relatórios e dissertações de graduações e pós-graduações que dizem respeito às questões ambientais do país. Como resultados, constata-se que a conservação do meio ambiente aponta diversos desafios. Antes de mais nada, é fundamental o reconhecimento da sua importância tanto pelo Estado, assim como por organismos não estatais (ONGs) e pelas populações locais.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Organizações Não Governamentais (ONGs); Conflitos Ambientais; Conservação; Prevenção.

RESUMEN

El problema del medio ambiente se ha convertido en un problema global, implicando tanto al Estado como a diversas entidades de la sociedad civil y del tercer sector en el reto de la preservación. En este contexto, se observa que el problema ambiental en Guinea-Bissau es objeto de recientes debates, especialmente con la conciencia de la sociedad civil en los años noventa (90), que culminó con el surgimiento de Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), por ejemplo la Tiniguena, Acción para el Desarrollo y otras entidades que proponen la necesidad de la prevención y conservación ambiental en el país. Este trabajo tiene como objetivo analizar los Orígenes de los problemas ambientales en Guinea-Bissau y busca entender la relación social con el medio ambiente y, finalmente, analizar las formas de acción de las organizaciones no gubernamentales (ONG) en el campo de los conflictos ambientales en el territorio de Guinea-Bissau. Así, para constituir este trabajo, se procedió en términos metodológicos a una revisión bibliográfica, especialmente en el análisis y consulta de libros, artículos, revistas, estatutos de ONGs, proyectos, informes y disertaciones de cursos de pregrado y postgrado que se relacionan con temas ambientales en el país. Como resultado, se puede ver que la conservación del medio ambiente apunta a varios desafíos. En primer lugar, es esencial que la importancia de esta cuestión sea reconocida por el Estado, así como por las organizaciones no estatales (ONG) y las poblaciones locales.

¹ Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciatura em Sociologia.

² Bacharel em Humanidades (IH). Licenciando em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/CE. Bolsista do Programa Pulsar, Programa da Residência Pedagógica - UNILAB. Estudante Voluntário (EV) do Projeto de Extensão o Ensino de Sociologia Para a Formação de Jovens Críticos Reflexivos nas Escolas Públicas do Maciço de Baturité. E-mail: joabiglas@gmail.com.

³ Doutor em Sociologia. Professor adjunto do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB/CE. E-mail: igor.monteiro@unilab.edu.br

Palabras chave: Guiné-Bissau; Organizações Não Governamentais (ONGs); Conflitos Ambientais; Conservação; Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as formas de atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no contexto dos conflitos ambientais na Guiné-Bissau. Nas últimas décadas, as questões ambientais tornaram-se um elemento de intensa discussão, não só na Guiné-Bissau, mas também em toda África, a nível sub-regional e internacional, em virtude do risco global desencadeado pelos conflitos ambientais. Nesse contexto, tornam-se fundamentais as soluções e prevenções mais rápidas para reverter este quadro de degradação social e ambiental.

As motivações que levaram à escolha do tema remontam ao ano de 2017, à ocasião de uma Conferência sobre impactos da construção de uma central elétrica na área protegida do Parque Natural das Lagoas de Cufada, que constitui uma zona de maior reserva de água doce do país. Tal conferência foi promovida pelo “Grupo Acadêmico Ação Emergencial” da UNILAB e ocorreu no auditório didático da própria instituição. O governo da Guiné-Bissau autorizou a instalação de uma barragem elétrica de uma empresa indiana naquela área de conservação. Desse modo, a ONG Tiniguena denunciou a situação e enfatizou que a instalação da central elétrica poderá vir a causar os impactos negativos tanto para a vida da população local como para diversas espécies de animais que lá se encontram.

Assim, a escolha desse problema e tema de pesquisa se justifica, por um lado, pela grande importância que o meio ambiente tem para a sobrevivência humana. Em Guiné-Bissau, mais de metade da população vive com base nos recursos naturais que o país possui, pois, a maioria delas não tem emprego e, majoritariamente, não possuem nenhuma profissão remunerada, dependendo praticamente da agricultura itinerante, pesca, caça e outras atividades que a natureza lhes oferece para se alimentar. E, por outro lado, a escolha desse assunto também se justifica por haver poucos trabalhos voltados a essa área. Em Guiné-Bissau, ainda que haja estudos sobre a questão do meio ambiente, poucos tratam da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo dos conflitos ambientais. Desse modo, argumentamos que esses recursos deveriam ser tratados, cuidados, conservados e preservados de uma forma sustentável, para que as gerações atuais e futuras possam ter acesso a eles.

Para isso, o trabalho foi constituído basicamente a partir das referências bibliográficas, sobretudo na base das consultas de livros, artigos, revistas, boletins de informações, estatutos das ONGs, projetos, relatórios e dissertações de graduações e pós-graduações que tratam das questões ambientais não só em Guiné-Bissau, mas de uma forma geral para melhor compreensão desse processo que é considerado preocupante a nível mundial.

O debate sobre as questões ambientais (SANÓ,2016) tem sido marcado por uma grande pauta de discussões a nível mundial, pois os crescimentos das causas das alterações climáticas tornaram-se cotidianamente mais claros em diferentes esferas de toda sociedade global. Desse modo, o nível de alerta sobre a vulnerabilidade da população mundial frente aos danos ambientais tem sido objeto de estudo em uma visão multidisciplinar e tem servido como base inicial para fundamentação das políticas estratégicas de diferentes autoridades no âmbito global e local.

As consequências das mudanças climáticas envolvem todas as áreas e deixam de ser uma preocupação não apenas com o ambiente físico no contexto das suas manifestações climáticas, uma vez que envolvem também as dimensões econômicas, sociais, políticas e institucionais que estão associadas com esta problemática (SANÓ, 2016, p. 8). O debate sobre as normas e medidas para diminuir as consequências das mudanças climáticas se funda perante a visão multidisciplinar que passa por entendimento da adesão existente entre o bem-estar humano, social e a conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, de acordo com Sanó (2016), políticas ambientais surgem como resultado das preocupações com a necessidade de criar meios, técnicas, formas e sistemas estratégicos para fazer frente às mudanças climáticas, considerando dessa maneira os aspectos socioeconômicos através de uma abordagem mais extensa referente ao reconhecimento da relação entre o bem-estar humano e social. Dessa maneira, a conservação dos recursos naturais a nível internacional torna-se um objeto político importante para projeção da convivência humana.

A consciência de que as mudanças climáticas constituem, hoje em dia, a maior ameaça à vida humana e das espécies animais e, de que está intimamente ligada com a situação de pobreza, tem sido preocupação manifestada pelos governos de todo mundo, entre os quais o Estado da Guiné-Bissau tem acompanhado e participado das discussões em torno do assunto a nível internacional e tem sido parte assinante de várias convenções que visam à mitigação dos efeitos desse fenómeno.

Para elaboração desse trabalho de forma a compreendermos melhor como as ONGs atuam na resolução dos conflitos ambientais na Guiné-Bissau, optamos especialmente por trabalhar com umas das principais Organizações Não Governamentais (ONGs) guineenses em busca da conservação e preservação do meio ambiente, sobretudo nas duas áreas protegidas, sendo elas: a Tiniguena na zona conservada das ilhas Urok (Formosa) e Ação para o Desenvolvimento (AD) no Parque Nacional de Cantanhez.

A Tiniguena é uma Organização Não Governamental (ONG) guineense sem fim lucrativo, fundada no dia 5 de junho no ano de 1991, por um grupo de seis cidadãos que sempre estavam dispostos a dar seu contributo ao desenvolvimento participativo durável na Guiné-Bissau. Este grupo de indivíduos vem apostando especialmente no setor não governamental para exercícios das suas ações, sobretudo em uma época em que o país encaminhava por via de liberalização política e econômica e pelo ajustamento estrutural. Ao longo da sua criação, a Tiniguena trabalha em diversas áreas protegidas da Guiné-Bissau, onde a ilha da Formosa faz parte.

Por sua vez, a Ação para o Desenvolvimento (AD) também é uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos, apartidária e não religiosa, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É uma associação de pessoas que vivem os mesmos valores, partilhando dos mesmos ideais e que visam a promover uma ética de desenvolvimento centrada no homem e não no crescimento econômico. Ela foi criada no dia 9 de novembro de 1991, por um grupo de pessoas de diversas formações. Intervém em três zonas opostas, inclusive no Parque Nacional de Cantanhez, sendo que cada uma dessas áreas possui um programa financiado por vários montantes de fundos, onde a organização possui material e recursos humanos para a gestão do programa que lá executado.

Guiné-Bissau é um país de língua oficial portuguesa, ex-colônia portuguesa, primeiro entre as colônias portuguesas na África a tomar a sua independência em 1973, por via da luta armada contra o jogo da dominação do colonialismo português, liderado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado no dia 19 de setembro de 1956, por engenheiro agrônomo, Amílcar Lopes Cabral, o líder de duas nacionalidades, Guiné-Bissau e Cabo Verde, juntamente com outros cinco companheiros (TEIXEIRA, 2015; LOPES, 2012).

Segundo os estudiosos, o país é situado na costa ocidental da África e banhado ao oeste pelo Oceano Atlântico e tem as fronteiras entre as duas Repúblicas, ao Norte pelo Senegal e ao Sul por Guiné-Conacri, ambos são ex-colônias francesas. Além do território

continental, o país tem ainda a parte insular que compõe os Arquipélagos de Bijagós, constituídas por mais de 80 ilhas das quais apenas 20 são habitadas. De acordo com Namone (2014), o seu território contém uma superfície total de 36.125km² e é administrativamente dividida em 08 regiões com suas capitais e 37 setores, incluindo o setor autônomo de Bissau, capital da Guiné-Bissau.

Apesar da Guiné-Bissau ser um país pequeno, é considerado como uma das nações da costa ocidental da África que apresenta uma rica biodiversidade, sendo que seus ecossistemas estão sendo explorados de uma forma descontrolada. Nestes últimos anos, a pressão sobre o meio ambiente no país está sendo um problema que preocupa toda a população, sobretudo no que diz respeito às florestas, que estão sendo exploradas clandestinamente pelo comércio de madeira por um pequeno número de indivíduos, mas também a prática de agricultura itinerante e da fruticultura têm preocupado a população.

Portanto, este trabalho parte da seguinte questão inicial: qual é a relevância da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo dos problemas ambientais na Guiné-Bissau? E, mais especificamente, quais são suas contribuições para possíveis resoluções de conflito no citado contexto? Este tema pretende de uma forma evidente passar informações em todo âmbito nacional no tocante à prevenção e à conservação sustentável da natureza guineense, haja vista sua extrema importância. Com este trabalho, as populações locais poderão ter mais conhecimentos e consciência sobre a rica biodiversidade e sobre as áreas protegidas, bem como sobre as consequências que as destruições ambientais oriundas das ações antrópicas (ações feitas por próprios homens) poderão vir a causar nas vidas e nas sobrevivências humanas.

Nesse sentido, percebe-se que esta pressão tem a ver com ascensão do capitalismo e a comercialização individual dos bens públicos. Não podemos ignorar também que o crescimento populacional e a questão da pobreza têm provocado danos ambientais, do modo que a dependência da maioria da população aos recursos naturais é notável, sobretudo o que diz respeito à falta de emprego, sendo que a maioria da população guineense são desempregados e dependem da agricultura itinerante para sobreviver. Nesta perspectiva, a procura de sobrevivência por parte da maioria da população local e a imigração para zonas protegidas com densas florestas fez com que o setor florestal venha a sofrer mais, devido às suas destruições (cortes de madeiras, lenhosas para combustíveis e carvões e madeiras para fins comerciais de pequenos parcelas de pessoas; os cortes descontrolados das florestas,

queimações para práticas das atividades de agriculturas itinerantes e entre outras atividades, provocando, desse modo, a fuga de várias espécies de animais para países vizinhos) (IBAP, 2007).

Portanto, constata-se que a conservação do meio ambiente aponta diversos desafios. Antes de mais nada, é fundamental o reconhecimento da sua importância tanto pelo Estado, assim como por organismos não estatais (ONGs) e pelas populações locais.

2 SURGIMENTO DA PALAVRA ONG

O termo “ONG” literalmente significa Organização Não Governamental. Isso quer dizer que uma ONG é uma entidade que não tem fins lucrativos. Segundo Scheide *et al.* (2010) e Coutinho (2005), o termo ONG surgiu e foi usado pela primeira vez na década de 1940 pela ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de defender todas as organizações da sociedade civil que não tinham vínculo a um governo e que atuavam nos projetos humanitários, ou seja, de interesse público. De acordo com os mesmos autores, hoje as organizações são definidas como uma instituição privada que tem uma finalidade pública sem a finalidade de obter lucro.

Segundo Perez (2005) e Machado (2012), há ONGs que executam ações de Educação, Esporte, Cultura, Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Pesquisa, entre outras atividades que um Estado de direito deveria executar. Muitas vezes, o Estado não consegue atender as demandas das populações em todos os espaços territoriais. Nesse sentido, as pessoas se juntam para realizar o que o governo deveria fazer, pois na maioria dos casos as populações sentem necessidade de resolver os problemas locais que afetam seus modos de sobrevivências. Se as pessoas percebem que há falta de atividades esportivas ou escolares para as crianças, por exemplo, ou se não tem segurança suficiente no bairro, verificação de corte abusiva das florestas ou destruição da biodiversidade, falta de saúde e se as populações locais acham que são esquecidas praticamente pelo governo pelo fato de sua região ou bairro ser distante, então se unem para minimizar a situação.

Conforme Machado (2012), se no caso o Poder Público não é acionado para resolver problemas locais por diversos motivos, a comunidade local tenta acionar o governo e se este não tiver a resposta no tempo necessário, as pessoas se juntam para resolver seus problemas sociais. Para o mesmo pensador, muitas vezes a comunidade até procura o poder público para resolver o problema, mas os gestores de Estado geralmente estão focados em outras

prioridades e não dão a devida atenção. Às vezes, o poder público não consegue de maneira pontual resolver os problemas sociais locais, ou se fosse resolver levaria muito tempo. E então os problemas pontuais ficam inviáveis financeiramente ou tecnicamente de serem resolvidos, razão pela qual os indivíduos se juntam em seus pensamentos e suas forças e acabam por se organizarem para resolver problemas pontuais ou locais das suas comunidades.

Para criar uma ONG é necessário formular um Estatuto, um documento que vai manter o nome da entidade, sua sede, finalidade e ser aprovado pela Assembleia e, por último, ser legalizado no cartório do próprio país (NETO, 2013; MARTINS, 2007). Sendo uma associação sem fim lucrativo para ajudar a resolver um problema social, para ser constituída é necessário definir quem irá compor a sua estrutura de gestão. Na verdade, existem muitas ONGs que não têm estruturas administrativas organizadas, elas trabalham com foco nas questões sociais exclusivamente, mas, cada vez mais, estão sendo demandadas a se organizarem, tendo em vista a responsabilidade que acabam assumindo em relação às comunidades. No entanto, só um gerenciamento eficiente e eficaz poderá manter a sustentabilidade significativa para uma ONG a longo prazo, razão pela qual é necessário que os seus gestores sejam preparados para tais missões.

De acordo com Martins (2007), a estrutura administrativa da ONG é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. Esses componentes são órgãos decisivos da ONG - associação. Para mesmo o autor, em Assembleia Geral, todos associados têm por dever de estar presente no encontro e esse encontro pode ser convocado de forma ordinária ou extraordinária. Segundo ele, a Assembleia geral tem todos os poderes de decisões da ONG e suas decisões são soberanas e devem estar de acordo com a legislação e com o que foi previsto no Estatuto (documento que foi instituído com a Assembleia geral de Fundação e foi registrado em Cartório) e Regimento Interno.

A Assembleia Geral tem competência para eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, definir funções e atribuições dos membros, deliberar sobre o plano de contas e orçamento, autorizar compras e aquisições para a associação. Ela tem também o poder de modificar o Estatuto e o Regimento Interno, ainda pode até aplicar as penalidades que estiverem previstas no próprio Estatuto, excluir associados, além de destituir membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Quanto à Diretoria, é eleita pela Assembleia Geral, é o órgão administrativo e executivo da associação. A diretoria representa a associação e é de competência dela cumprir tudo o que foi decidido na assembleia geral.

Na composição da Diretoria, há Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. Esses nomes podem mudar, por exemplo, ao invés do Tesoureiro poderá ter na mesma função alguém que pode ser denominado de Diretor Financeiro e o Presidente pode receber o nome de Diretor Presidente. Trata-se, em todo caso, de uma questão de nomenclatura. Cabe à diretoria convocar as assembleias gerais, assinar contratos e tomar decisões necessárias ao andamento da associação, administrar a associação, submeter à assembleia tanto o orçamento como o plano de contas, decidir sobre custos, despesas, encargos, aceitar doações e propor as modificações no Estatuto.

O Vice-Presidente colabora com a presidência e substitui-o quando necessário. Há ONGs que não tem a figura do Vice-Presidente, representa o primeiro quando não pode fazer parte o Diretor Financeiro. O Secretário dirige as atividades da secretaria, cuida de papéis, atas, registra as reuniões e elabora relatórios administrativos. Enquanto ao Tesoureiro ou Diretor administrativo cabe elaborar serviços de pagamentos e recebimentos, supervisionar serviços de contabilidade e cuidar das contas da instituição. Por último, o Conselho Fiscal é o órgão colegiado que deve fiscalizar os atos da Diretoria da associação, além de auxiliar a Diretoria e aprovar balanços, contas, relatórios demonstrações financeiras, contábeis e operacionais da associação, analisar e finalizar os atos administrativos e financeiros da Diretoria e convocar a assembleia geral a qualquer tempo (MARTINS, 2007).

Para Oliveira e Weber (2018), as ONGs sobrevivem de benefícios sociais e ambientais, na maior parte de financiamentos e doações do próprio Estado e das entidades privadas (empresas), ou seja, de ajudas voluntárias e para que ela seja oficial é necessário que tenha uma estrutura legal e formal.

Entretanto, as ONGs, muitas vezes, têm dificuldades de sobreviver, haja vista que nem sempre os associados têm dinheiro para realizar suas atividades. Além disso, também há dificuldade de achar voluntários e investidores, dessa maneira, os membros das ONGs precisam de doadores. Os voluntários e investidores precisam, em primeiro lugar, acreditar nos seus propósitos. Por exemplo, se uma pessoa do grupo faz ações na sua comunidade, bairro, dessa forma, já demonstrou à comunidade o seu interesse, com certeza receberá ajuda para executar tal finalidade.

Na próxima seção, abordaremos o processo histórico do meio ambiente, onde chefes de Estados dos diversos países do mundo se reuniram para analisar a importância que o meio ambiente natural tem para a vida do ser humano e as consequências que poderá causar para o próprio homem. Sendo assim, sua conservação e prevenção são indispensáveis.

3 PROCESSO HISTÓRICO DO MEIO AMBIENTE

Assim como as outras temáticas, o meio ambiente também tem seu processo histórico que levou diversos países do mundo a se sentarem na mesa para discutir sobre as questões ambientais e suas consequências para a vida dos seres vivos tanto humanos e quanto não humanos. Tudo isso tem a ver com o advento da Revolução Industrial, que influenciou de uma forma direta o surgimento de um modelo de crescimento econômico pautado no consumo imediatista, isto é, de tudo aquilo que se faz na busca do “agora”, sem pensar nas futuras consequências.

Conforme Justino (2010), esse consumo vem gerando um lapso nas reservas do planeta, pois o que se retira do ambiente é mais do que o necessário para a sobrevivência humana e acaba não se dando o devido tempo para sua renovação. Desse modo, a problemática ambiental tornou-se perceptível, haja vista que a ação antrópica (ação do próprio homem) tem grande influência nos números da devastação, sobretudo a partir da segunda metade século XX. Tudo isso tem gerado uma grande preocupação acerca do desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

O meio ambiente constitui todas as coisas vivas e não-vivas que ocorrem na terra, ou em alguma região dela, que afetam os ecossistemas e a vida dos seres humanos. De acordo com mesmos investigadores, é o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que acomoda e controla a vida em todas as suas formas (BARROS; VAZ; CARDOSO, 2013).

Na mesma linha de pensamento, Reigota (2014) define o meio ambiente humano como um espaço determinado, ou seja, compreendido por meio de uma relação dinâmica e em constante interação com os aspectos naturais e sociais. Para ele, essas relações provocam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade humana.

Nesse sentido, a preocupação dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) têm a ver com a crise ambiental que abala dia a dia nosso planeta e que tem como principais protagonistas os países mais ricos. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2002 apud LOUREIRO *et al.*, 2009), 20% da população mais rica é responsável por 86% de todo consumo privado das matérias-primas e energia produzida anualmente, ao passo que os 20% dos mais pobres consomem apenas 5%. Tudo isso tem

relação com a destruição dos recursos naturais por parte de minorias de grupos de indivíduos para os seus interesses particulares, que, por sua vez, tem desencadeado uma grande ameaça ao aquecimento global e às alterações climáticas.

A destruição de florestas, a erosão de solos agricultáveis, pela exploração intensiva, a contaminação de mares, rios, lagos e águas subterrâneas, a poluição do ar e a extinção de espécies estão cada vez mais aceleradas. E como parte de tudo isso, a Terra está sofrendo um processo de aquecimento global com implicações bastante sombrias para a maioria dos seres humanos e outras espécies, mesmo quando se admite cenários mais otimistas de mudanças no clima, para os próximos anos (LOUREIRO *et al.*, 2009, p. 35).

Isso demonstra que o nosso planeta cada dia mais está enfrentando grandes crises ambientais e o processo de aquecimento global é resultante da alta concentração de dióxido de carbono (CO₂) e de outras gases na atmosfera terrestre. Dessa maneira, conforme as previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudança climática (IPCC, 2007 apud LOUREIRO *et al.*, 2009), as possibilidades da humanidade para os próximos cem anos são classificadas entre o pior e o menos pior.

Foi neste contexto que surgiram as conferências internacionais dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma tentativa de negociarem uma agenda de compromissos para lidarem com problemas ambientais globais de uma maneira articulada. Mas é necessário lembrarmos que antes desses eventos internacionais sobre os problemas do meio ambiente, já existiam algo semelhante, onde pessoas e grupos, de uma certa forma, já realizavam ações de preservações ambientais parecidas a estas convenções internacionais sobre a conservação e prevenção do meio ambiente. Então, veremos uns dos principais eventos mais marcantes e conhecidos pelo mundo, que, de certa maneira, possibilitaram a difusão e a legitimação internacional da conservação e preservação do meio ambiente humano.

No entanto, cabe elencar fatos condicionantes para essa postura reflexiva, responsável por uma nova visão do meio ambiente. De acordo com Justino (2010), pode-se considerar o ano de 1960 como um marco importantíssimo, pois é a partir desse período que ocorreram inúmeros encontros de caráter internacional com a intenção de discutir a crise ambiental, bem como medidas diminuidoras, ou seja, minimizadoras dos impactos e das intervenções humanas na natureza.

Segundo Reigota (2014), na década de 1968, foi realizada em Roma uma reunião de pensadores de países industrializados com a finalidade de discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não-renováveis e o crescimento da população mundial até o século XXI.

Conforme o autor, os resultados da Conferência do Clube de Roma deixaram explícita a necessidade urgente de busca de mecanismos para a conservação dos recursos naturais e para controlar o crescimento da população, além do seu investimento em uma mudança completa na mentalidade de consumo e de procriação. Conforme Justino (2010) na conferência do Clube de Roma sobre o meio ambiente culpava o crescimento populacional dos países pobres como motivo de causadores dos problemas ambientais e não os padrões.

Segundo ele, um dos méritos de discussões das conclusões do Clube de Roma foi colocar os problemas ambientais a nível mundial. Como consequência disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em 1972, em Estocolmo, Suécia, a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. Para Reigota (2014), o grande assunto em debate nessa conferência foi a poluição ocasionada pelas indústrias. Nessa época de grande poluição, houve grandes consequências sobre as vidas humanas em alguns países industrializados, sobretudo os que utilizavam armas químicas nas guerras e conflitos militares.

Nessa grande discussão, chegaram a um acordo, através de umas das resoluções, em educar o cidadão e a cidadã para a resolução dos problemas ambientais. Foi assim que surgiu a palavra desenvolvimento sustentável durante a realização da conferência da Organização das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em 1972, em Estocolmo, Suécia, entre países membros.

De acordo com Philipi Jr. *et al.* (2005), a concepção do desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, capital da Suécia. Para mesmos pensadores, o principal objeto de discussões desse evento estava centrado na defesa do meio ambiente e sobre o modelo de desenvolvimento econômico dos países ditos de Primeiro Mundo.

Na década de 1980, a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, foi patrocinadora das reuniões em diversas cidades do mundo para discutir os problemas ambientais e as soluções encontradas após a conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo em 1972. Segundo Justino (2010), esses debates resultaram em um livro conhecido como *Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland* que defendia a distribuição das riquezas como forma de desenvolvimento global e busca chegar a um acordo entre as posições antagônicas dos países ricos e pobres. Foi a partir desse livro, que a noção de desenvolvimento sustentável se tornou mais conhecida. O conceito de desenvolvimento sustentável usado consiste em satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer as gerações futuras.

A outra data importantíssima sobre o meio ambiente foi Rio-92-Agenda 21, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. De acordo com Loureiro *et al.* (2009) e Justino (2010), na conferência do Rio foram assinadas duas principais convenções internacionais: a de Mudanças Climáticas e a da Proteção da Biodiversidade durante a Rio-92. Foi a partir desse período que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte do discurso oficial de agências internacionais, governos, entidades empresariais (ambientalíssimo de mercado) e até mesmo em certas ONGs ambientalistas. E ainda foi nessa Conferência que originou inúmeros documentos, tais como a Agenda 21, um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer e refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais) e com uma série de indicações aos governos, inclusive a de promoção de educação ambiental e os tratados elaborados pela sociedade civil, a exemplo do Tratado sobre a Educação Ambiental para garantir umas sociedades sustentáveis.

Outro evento em destaque foi o Rio+10, uma conferência realizada no continente africano, na cidade de Johannesburg, África do Sul. A realização desse evento teve a ver com a preocupação dos países em desenvolvimento em aplicar o Consenso de Washington e os programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) do que em implementar as recomendações da Agenda 21.

Conforme Reigota (2014), a Rio +10 teve a capacidade de possibilitar aos cidadãos e cidadãs do continente africano uma participação ativa, expondo as aflições em que vivem, como as inúmeras guerras civis, o imenso número de pessoas contaminadas com o HIV, a poluição da água e do ar, o analfabetismo e a pobreza extrema de grande parte da população local.

O autor ainda enfatiza que alguns analistas afirmam que a Rio+10 foi um fracasso por não ter possibilitado o avanço efetivo das diretrizes e promessas apresentadas no Rio de Janeiro. E para outros pensadores, o fracasso da Rio+10 está relacionado com o próprio fracasso da própria Organização das Nações Unidas (ONU), “prisioneira” dos interesses das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos da América.

No entanto, nos debates das questões ambientais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) estão sempre presentes por meio das ações concretas em comunidades e regiões com o objetivo de sensibilizar e conscientizar os cidadãos a conservarem e preservarem o meio ambiente.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, o governo da Guiné-Bissau mostrou grande empenho no que se refere à proteção da biodiversidade e à inclusão da sustentabilidade ambiental como prioridade em diferentes planos, estratégias, políticas e implementação de diversos programas significativos para o seu desenvolvimento e estabilidade. Estes trabalhos foram feitos pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) nas zonas conservadas (protegidas) pelo Estado guineense em parcerias com algumas ONGs locais. A tomada de consciência acerca dos danos ambientais na Guiné-Bissau surgiu por parte da sociedade civil na década noventa, originando, assim, o surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), em um cenário de intensa discussão tanto a nível nacional como sub-regional e internacional (IBAP, 2010).

Segundo o Relatório Nacional do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) do ano 2011, o período da década de noventa foi caracterizado como época de grande tomada de consciência da sociedade civil sobre a problemática ambiental, que culminou com o surgimento de muitas ONGs nacionais, tais como a Tiniguena, Ação para o Desenvolvimento (AD), Parmerinha, Nantynian, Alternag, Kafo, Aprodél, entre outras, para além das associações juvenis que alegaram a problemática ambiental como uma prioridade. Nesse sentido, esses organismos trabalham em colaboração com IBAP nas resoluções dos problemas ambientais que acontecem em todo território nacional, mas enfrentam grandes dificuldades, tais como:

- Insuficiência de expertise;
- Falta de enquadramento da população e dos produtores agrícolas;
- Fraca e/ou falta de vulgarização;
- Insuficiência de pessoal;
- Insuficiência dos meios financeiros, logísticos e materiais e
- Má gestão (REGALLA, 2010, p.52).

Durante os primeiros anos da independência na Guiné-Bissau, não existia uma política coerente no domínio ambiental, por várias razões. A primeira é que a tomada de consciência sobre a gestão dos recursos naturais foi recente, remontando à década de 80; a segunda praticamente tem a ver com as estruturas da vocação ambiental, que só começaram a ser criadas com o Programa da Planificação Costeira no final do mesmo ano acima referido; e a

terceira razão é a criação da Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato, também é muito recente, em 1994 (REGALLA, 2010).

Para Regalla (2010), no programa do segundo governo de 1997 a 1999, oriundo das primeiras eleições do país, a dimensão do desenvolvimento rural e ambiental foi tomada em conta em uma das páginas desse programa. O ambiente foi abordado como um assunto específico a ser analisado. Ainda no programa de governo decorrente das segundas eleições de 1999, o setor ambiental foi tratado especificamente e as recomendações da Agenda 21, na Cimeira do Rio de Janeiro em 1992, foram colocadas em prática. Desse modo, a promoção do desenvolvimento autossustentável e duradouro, que implique o estabelecimento de uma política ambiental coerente para garantir a conservação e equilíbrio dos ecossistemas, passou a constituir a preocupação do governo guineense.

Ela ressalta, ainda, que nos meados dos anos 80, o país tinha avançado muito no desenvolvimento de uma consciência ambiental nacional ligada à conservação da natureza e utilização durável dos recursos naturais. Nesse período, o Estado guineense criou instituições com vocação ambiental, a exemplo disso, o antigo Conselho Nacional de Ambiente (CNA) e do CEATA (INEP).

Nessa perspectiva, a década de 1990 é vista como um dinamismo intenso no setor do meio ambiente na Guiné-Bissau, pois foi a partir desse período que foram elaborados numerosos regulamentos, decretos e leis relacionados ao meio ambiente, destacando os seguintes:

- Lei Florestal, o seu regulamento e taxação florestal, em 1991;
- Código das águas, de 1992;
- Regime do Turismo, Gestão Hoteleira e Atividades Similares, em 1992;
- Código das Minas, em 1994.

Lembramos que, além dessas leis, a Guiné-Bissau já aderiu, na década de 90, aos Tratados e Convenções Internacionais, os quais foram assinados e ratificados, especificamente os da Diversidade Biológica, Alterações Climáticas, Combate à Desertificação e entre outras (REGALLA, 2010). Seguidamente, em 1992, o país recebeu ajudas significativas dos parceiros da cooperação bilateral, entre os quais, da Holanda. No momento da instituição do antigo Conselho Nacional para o Ambiente (CNA), era o organismo responsável da implementação da política ambiental na Guiné-Bissau.

Portanto, o setor do meio ambiente começou a ter uma estrutura adequada para resolução dos problemas ambientais a partir do ano de 1992, com a Institucionalização do

antigo Conselho Nacional do Ambiente. Sob a dependência do Presidente da República, um Comitê Coordenador foi formado por ministros das áreas afins, um Secretário Executivo e um Comitê Técnico, órgão criado pelo Decreto nº 24/92, publicado no Boletim Oficial nº 12 de março da mesma década e que existiu até 1996.

A preocupação do Estado da Guiné-Bissau e das entidades não estatais como um país pobre e frágil tem a ver com as graves consequências, ameaças das mudanças climáticas e seca e riscos de vida. Dessa forma, a Guiné-Bissau poderá ser os mais penalizados pelos graves problemas ambientais.

Todos os Países são susceptíveis à ameaça das mudanças climáticas advindas do aquecimento global e enfrentam diariamente grandes obstáculos para preservar o meio ambiente. Mas sabemos que os mais pobres são os que terão de suportar as consequências mais graves rumo ao desenvolvimento sustentável. A Guiné-Bissau é um deles (RELATÓRIO ONU NA GUINÉ-BISSAU, 2011, p.03).

Entretanto, estamos vivendo um momento de ameaça das mudanças climáticas advindas do aquecimento global e afrontando cada vez mais com impedimentos para preservar o meio ambiente, mas em verdade as graves consequências são nos países mais pobres, entre os quais a Guiné-Bissau faz parte.

O país é muito rico em biodiversidade, mas está sendo ameaçado por diversos fatores das ações antrópicas (ações dos próprios homens), sendo eles: monocultura de caju, a prática da agricultura itinerante, cortes madeiras, queimadas das florestas e carvões com fins comerciais de certos grupos de minorias de pessoas, e entre outras atividades. Desse modo, acaba-se causando as alterações climáticas e gerando, assim, a temperatura, o aumento do nível do mar, acarretando a inundação dos campos de cultura, irregularidades das chuvas, entre outros impactos (RELATÓRIO ONU NA GUINÉ-BISSAU, 2011).

Na mesma linha de pensamento, Sanó (2016) enfatiza que a Guiné-Bissau é um dos países da costa ocidental da África mais rico em biodiversidade e em recursos naturais renováveis, sendo que a economia e a sobrevivência da maior parte da população guineense dependem diretamente da exploração desses recursos naturais, onde a agropecuária e a pesca são a base do desenvolvimento, tanto local como nacional.

As florestas ocupam mais da metade do país e contribuem com 13,7% para o PIB. Elas servem de fonte de alimentos e de combustíveis (energia lenhosa), de materiais de construção, de fibras e servem de medicamentos para curas da maior parte da população local. As comunidades rurais locais precisam das florestas para as suas atividades extrativas e para

recolher plantas medicinais, e ainda estes espaços servem como locais de realização de cerimônias sagradas, ditas tradicionais. Neste sentido, as florestas desempenham as duplas funções, cultural e religiosa (INDJAI, 2015; SANÓ, 2016).

Para compreender a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo dos conflitos ambientais na Guiné-Bissau, trouxemos alguns dados a esse respeito. Do ponto de vista global, o meio ambiente natural se constitui como um espaço comum. No entanto, é um território conflituoso, porque nele estão envolvidas de uma maneira direta ou indireta as relações de uso, apropriação material e de concorrência e dominação por formas culturais de existência (SANTOS; SOUSA, 2016).

O ambiente é dotado de um caráter distributivo, suas representações em busca de hegemonia envolvem disputas por projetos de sociedade, ou seja, “para que”, “para quem” e “como” devem ser a própria natureza, seus recursos naturais, os bens materiais e qualidade ambiental. Portanto, o ambiente é visto como um fenômeno contraditório, porque em uma sociedade de classes, a existência de certos benefícios para uns poderá acarretar a privação dos mesmos para outros. Os conflitos ambientais explicam o caráter desigual a que estão submetidos os grupos sociais em determinados espaços territoriais (LOUREIRO *et al.*, 2009).

Na Guiné-Bissau, os conflitos ambientais têm origem em um processo histórico entre alguns grupos étnicos que compõem os povos guineenses. A essência dos conflitos era a luta pela apropriação da terra para fins agrícolas no sul do país, sobretudo, na região do Tambali, hoje atual península de Cubucaré. Segundo Temudo (2009), os nalus são considerados como os primeiros habitantes dessa região da Guiné-Bissau que compõe a atual província de Tombali, onde faz parte Cubucaré. Para o mesmo investigador, aproximadamente na década de 1889, essa região passou a ser invadida pela etnia fula, o que obrigou os nalus a se refugiarem para ilhas de Como e Melo, para não serem cativos delas.

Passado certo tempo, sobretudo em 1900, ocorreram sucessivas imigração de outros grupos étnicos, entre eles o sosso, vindo do país vizinho, antiga Guiné Francesa, atual Guiné-Conakry, com finalidade de fins comerciais. Seguindo pelas outras etnias, como balanta, oriunda do Norte à procura de espaços para cultivo de arroz; manjacos, pepeis e bijagós, atraídos pelos grandes palmares. Em relação à ocupação territorial, os nalus foram os primeiros habitantes da região de Cubucaré, nesse sentido, essa terra passou a ser chamada “chão de Nalu”. Todavia, todos os povos da região partilham um conjunto de crenças, segundo as quais o território de Cubucaré é povoado por espíritos (*iras*), cujo mundo se encontra organizado à semelhança do humano.

Em termos de estrutura de poder, o mundo das *iras* está dividido como um país em diversas regiões, chefiadas por um “dono do chão”, que atua em colaboração com outras *iras* “donos dos matos”, “donos dos rios”, “donos dos animais selvagens”, e que possui as suas “sentinelas” situadas em pontos estratégicos. As fronteiras entre estas subdivisões estão claramente definidas por rios, árvores, acidentes naturais ou pedras. Cubucaré encontra-se assim dividido em diferentes províncias de espíritos (*chãos*), e o acesso à terra e aos restantes recursos naturais é controlado em cada um deles pelo chefe do grupo de descendência (*djagra*) que primeiro o povoou (TEMUDO, 2009, p.09-10).

A cosmologia dos povos nalus determina todo um conjunto de regras, a um nível de relação com a natureza que preserva a manutenção do equilíbrio ecológico. Essas regras gerais estabelecidas pela etnia nalu em toda região de Cubucaré ocasionou grande desentendimentos e conflitos entre grupos étnicos na luta pela posse da terra para habitação e para instalarem pomares (hortas) para fins agrícolas. Pois, segundo os nalus, a floresta é compreendida não apenas como um reservatório de recursos naturais, mas também na sua grande parte como um lugar sagrado, dessa maneira, tem sentido significativo a atribuição de regras e normas e a redução progressiva das áreas-tampão, que envolvem os locais de culto das *iras* “donos do chão” (TEMUDO, 2009).

Todavia, os conflitos que existem entre as partes dizem respeito à proteção das florestas, de modo que a ausência de um controle sobre as populações locais levou a um aumento das áreas desmatadas para a instalação de pomares (hortas). Foi neste âmbito, em meados de 1992, que algumas ONGs, inclusive Ação para o Desenvolvimento (AD), passaram a agir através de um projeto implementado na região. A ONG Ação para o Desenvolvimento estabeleceu a introdução de pomares de mangueiras melhoradas, com base na existência de suposto mercado europeu e no âmbito do projeto alegado à proteção das florestas e criação de um parque natural.

No entanto, para ter acesso ao crédito, material vegetal melhorado e utensílios de trabalho, os produtores beneficiários deveriam operar à desflorestação integral do campo, plantar em linhas com um compasso mais alargado do que o uso tradicional. Num certo sentido, o objetivo da ONG era salvar a Mata de Cantanhez com plena participação das organizações de base e dos agricultores.

Atualmente, o maior problema que, de uma forma direta, gera grandes conflitos ambientais entre as populações locais evidentemente é diferente do problema anterior. Segundo o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) na Guiné-Bissau (2011), o país é muito rico em biodiversidade, mas está sendo ameaçado por diversos fatores das ações

antrópicas (ações dos próprios homens), sendo eles: monocultura de caju, queimadas das florestas, a prática da agricultura itinerante, cortes madeiras e carvões fins comerciais de certos grupos de minorias de pessoas e entre outras atividades. Desse modo, causando as alterações climáticas e, gerando assim, a temperatura, o aumento do nível do mar, acarretando a inundação dos campos de cultura, irregularidades das chuvas, entre outros impactos negativos.

Nesta perspectiva, na Guiné-Bissau os conflitos se desencadeiam na maior parte por causa das ocupações territoriais com interesses particulares de certos grupos de indivíduos. Por outro lado, acontecem através de projetos de nação que são vistos por alguns como negativos e, para outros, como positivos. As divergências muitas vezes são de interesses de ordem social, política, econômica e também cultural, como no caso da construção de barragem elétrica no Parque Natural das Lagoas de Cufada.

Na Guiné-Bissau, os conflitos ambientais crescem e se avolumam, os mesmos, no nosso entendimento, colocam-se em contraposição a esse modelo que tem privilegiado apenas o econômico, esquecendo com isso as formas de viver. Os conflitos ambientais podem ser definidos como:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis –transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELLRAD, 2004, p. 26).

Entendemos que essa contraposição de modos de “apropriação, uso e significação” também ressaltam uma forma de planejamento que privilegia, de forma sistemática, as práticas do capital sobre o território. Nesse sentido:

Os conflitos ambientais surgem das disputas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial (SANTOS, 2014, p.09).

Para Sousa e Santos (2016), os conflitos socioambientais também se configuram como a incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou pela utilização dos recursos naturais entre indivíduos ou grupo independentes. Neste sentido, os conflitos ambientais ampliam-se para as esferas social, política e jurídica.

A proteção ambiental por certos grupos de indivíduos pode ser a solução para uma determinada crise, mas também pode ser vista como causa para outras pessoas. A situação vai depender de como a política é negociada entre as partes envolvidas e como é que deve ser construído o conceito de conservação. Entretanto, o conflito socioambiental expressa-se como uma luta entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum (SANTOS; SOUSA, 2016).

Portanto, os conflitos ambientais entre diferentes atores locais no campo onde atuam as Organizações Não Governamentais (ONGs) dizem respeito à luta entre grupos pela apropriação da terra para instalação para fins agrícolas, projetos sociais baseando nos interesses, interesses pessoais, sobretudo, monocultura de caju atualmente e entre outras atividades, causando assim grandes danos do meio ambiente, o que leva as ONGs dia a dia à procura dos mecanismos para solucioná-los.

5 A ONG – TINIGUENA

Ao longo do desenvolvimento da quinta parte desse trabalho, abordaremos as intervenções e ações desenvolvidas pela ONG Tiniguena nas áreas protegidas de Urok (Formosa), uma zona conservada pelo Estado da Guiné-Bissau. A Tiniguena é uma organização não governamental (ONG) guineense sem fins lucrativos, fundada no dia 5 de junho de 1991, por um grupo de seis cidadãos dispostos a dar a sua contribuição para o desenvolvimento participativo durável na Guiné-Bissau. Este grupo de indivíduos sempre apostou especialmente no setor não governamental para exercícios das suas ações, sobretudo, em uma época em que o país se encaminhava por via de liberalização política e econômica e pelo ajustamento estrutural.

Durante as muitas décadas de trabalho, a organização tornou-se um grande parceiro privilegiado do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), devido ao seu principal trabalho voltado à sensibilização em conservação e prevenção ambiental no país. A ONG busca assegurar a conservação da Área Marinha Protegida Comunitária do Grupo das Ilhas de Formosa, Nago e Chedeã “Urok” (AMPC-UROK), na Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós. De acordo com o relatório do IBAP (2010), a Jornada do Consumo Nacional foi organizada pela Tiniguena, em 16-18 de dezembro do ano referido, onde o próprio IBAP co-participou no lançamento da nova coleção de postais e calendário da Tiniguena para 2011 e na exibição de fotografias recolhidas nas áreas protegidas da Guiné-

Bissau, intitulada “Nha Terra” (minha terra), que ilustram o papel da biodiversidade na economia nacional.

Conforme Estatutos da Tiniguena (2003), a palavra Tiniguena vem da língua de uma das etnias que compõem a população guineense, Cassanga, uma etnia que fica situada no norte da Guiné-Bissau, que significa “Esta Terra é Nossa”. Segundo o mesmo documento, ela é uma ONG que desenvolveu competências e conseguiu reconhecimento através das suas ações nos âmbitos da proteção do meio ambiente, promoção do desenvolvimento participativo e durável e de exercício da cidadania, tendo como três eixos prioritários da intervenção em zonas protegidas.

Os fundadores da organização têm o propósito de fazer da Guiné-Bissau um lugar onde todos os seus filhos possam viver em paz, com dignidade e progresso. Isto é, um espaço onde todas as populações guineenses possam ter a possibilidade de participar e se beneficiar do desenvolvimento do seu próprio país, se apropriando e valorizando o seu património natural e cultural, em garantia das gerações presentes e futuras.

Ao longo da sua criação, revelou-se uma grande pioneira, tendo em conta suas inovações nas questões ambientais e no desenvolvimento durável do trabalho na Guiné-Bissau. Contribuiu muito nas descobertas de diversos espaços vistos como importantes para serem conservados.

A descoberta de 12 sítios do património natural e cultural da Guiné-Bissau e despoletar do sentimento de orgulho nacional, através de visitas de estudos dos anos da capital, campanhas de sensibilização, exposições fotográficas e edição anual de calendários e postais (TINIGUENA, 1991, p.01).

A Tiniguena foi criada com o propósito e o objetivo principal de “promover um desenvolvimento participativo e durável, baseando na conservação dos recursos naturais e no exercício da cidadania”. Ela participou ativamente nas diversas denúncias que tangem à violação das áreas protegidas, a exemplo disso tivemos recentemente, no dia 11 de janeiro de 2017, um alerta feito sobre a construção de uma central elétrica no Parque Natural de Lagoas do Cufada, uma zona no sul da Guiné-Bissau com maior reserva de águas doce do país, por uma empresa estrangeira (indiana), autorizada pelo próprio governo guineense. No mesmo raciocínio, a Folha de Verdade da Guiné-Bissau (2017) enfatizou que ela denunciou com alta voz e está firmemente preocupada com as ameaças à Reserva Natural de Lagoas do Cufada. Esta declaração saiu no momento em que a ONG tomou conhecimento de planos de construção de uma central elétrica naquela localidade.

A implementação de uma infraestrutura como esta, para além de implicações do ponto de vista de deslocação das comunidades, do ruído, da perturbação, também tem implicações fortes na afetação do lençol freático, o que quer dizer que o abastecimento de água à população poderá ficar completamente prejudicado (FOLHA DE VERDADE DA GUINÉ-BISSAU, 2017, p.01).

Nesse sentido, a construção de barragem elétrica por iniciativa do próprio governo guineense levantou grande polémica entre os ativistas ambientais, o Estado e a comunidade local, considerando que, além de consumir grandes partes das reservas do Parque, também acarretará grandes impactos negativos às populações locais e de diversas espécies de animais.

5.1 Espaços de Intervenção da Ong Tiniguena

A ONG Tiniguena sempre trabalha na busca do desenvolvimento durável dos seus cidadãos, através da sua atuação em diversas áreas protegidas. A Tiniguena tem como setores-chave de intervenção a conservação da biodiversidade agrícola, a gestão durável dos recursos naturais em todo território guineense, valorização dos produtos e saberes da própria biodiversidade, no âmbito da informação e sensibilização e no exercício da cidadania.

Para a autora do documento da fundação da Tiniguena (1991), o ONG trabalha em espaços diferentes de áreas protegidas, mas as principais zonas de intervenção situam-se no sul da Guiné-Bissau, nas Ilhas Urok (Formosa, Nago e Chediã, no Arquipélago dos Bijagós), a chamada zona Verde (nas regiões de Quinara e Bolama/Bijagós, e Cantanhez (na região de Tombali). Para ela, a organização interfere de igual modo na capital de Bissau, no bairro Belém, onde fica a sua sede.

Segundo relatório IBAP (2003) e (2006), as ilhas Urok situam-se na parte norte do arquipélago dos Bijagos, e engloba um conjunto de ilhas e ilhéus, entre as quais as principais são Formosa, Nago e Chediã. Trata-se de um espaço de exploração tradicional das populações residentes, cobrindo uma superfície de 545km², dos quais 147km² de meios terrestres, sendo 66km² de mangal, 203km² de zonas intertidais vasosas e 8km² de canais profundos. A importância e o grau de conservação dos meios costeiros estão na origem da classificação de uma parte deste território em zona central no zoneamento da Reserva da biosfera. Tais áreas possuem ricas e diversas biodiversidade sociocultural, sendo assim, foi declarado em 2003 pela autoridade guineense como sendo áreas protegidas.

Dessa forma, a Tiniguena contribuiu ativamente para a criação da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok, empenhada no processo de governação participativa,

através do seu trabalho nas comunidades residentes. Ela tem promovido iniciativas de diversificação da produção agrícola, pesca durável, valorização de produtos da biodiversidade e a melhoria do acesso à água potável, transporte, comunicação, educação, resgate e atualização da cultura do povo local (TINIGUENA, 1991).

O primeiro contato entre a Tiniguena e a ilha da Formosa ocorreu em janeiro da década de 1993, na inauguração da Casa do Ambiente e Cultura do Arquipélago de Bolama/Bijagós, em Bubaque. As autoridades tradicionais e representantes de Formosa, de Bubaque e Orango que ali estavam informando os responsáveis da ONG convidados ao evento e solicitando-lhes ajudas para a melhoria das condições de vida das populações das ilhas. Por ser uma organização vocacionada para as questões do meio ambiente e do desenvolvimento participativo, estava interessada em intervir no arquipélago, uma Reserva da Biosfera, pois representava um quadro ideal onde poderia testar um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação e valorização dos espaços e recursos.

No âmbito da primeira visita à Formosa, foram identificadas 3 ideias de projeto nos domínios horticultura feminina, do artesanato e da pesca artesanal. Em novembro do mesmo ano, um grupo de 24 mulheres da aldeia de Abú iniciou o 1º campo hortícola com o apoio dela e, durante 3 anos, esta foi a única atividade da Tiniguena na ilha. Posteriormente, o trabalho foi se estendendo a outras 4 aldeias da região, abrangendo centenas de mulheres. Os objetivos eram a busca da melhoria do rendimento econômico das beneficiárias e da dieta alimentar dos residentes, apoio à organização das mulheres e reforço dos laços de solidariedade entre elas.

No plano de gestão das Ilhas Urok, ela ajudou nas criações das regras de acesso e de utilização dos recursos formulados pelas populações locais. As normas postas no documento têm como propósito apoiar na manutenção de uma prevenção, seguimento e avaliação do sistema de gestão e na implementação das regras do desenvolvimento com capacidade interna de fiscalização e de controle do território das ilhas Urok (RELATÓRIO, 2003).

Em março de 2009, foi implementado o projeto “Apoio à gestão e governação participativa da Área Marinha Protegida das ilhas Urok”, que é financiado pela Fundação MAVA, através da FIBA, que apoia a Tiniguena na sua execução. A finalidade traçada para este projeto é de “Assegurar a durabilidade da gestão dos recursos naturais e da biodiversidade marinha e costeira das ilhas Urok, graças à maior participação, equidade, responsabilização e autonomia dos atores locais implicados, assim como a coordenação das

intervenções na implementação do plano de gestão da AMPC”, este projeto tem duração de 4 anos.

Em outubro de 2009, a Tiniguena mais uma vez iniciou o Projeto “Urok Osheny” em parceria com o Instituto Marquês de Vale Flor. Os objetivos gerais dessa iniciativa são de “contribuir para o Reforço do Processo de Governança Participativa em curso na AMPC Urok” e “contribuir para a melhoria das condições de vida da população residente”. O objetivo específico consiste em “Construir um modelo de desenvolvimento sustentável e integrado para a AMPC”. O projeto foi financiado pela União Europeia, FIBA/MAVA e Oxfam-Novib, tem como duração de 3 anos (PROGRAMA QUADRIENAL TINIGUENA, 2018).

Neste contexto, ela realiza várias ações, tais como a divulgação de informações, sensibilização e comunicação dirigidas ao público diversificado, com ênfase para a camada juvenil. Os assuntos relacionados a terras, aos agrocombustíveis e à indústria extrativa centram-se na promoção de soberania alimentar, conservação e valorização do patrimônio natural e cultural.

A Zona Verde é uma área no interior do sul da Guiné-Bissau, engloba 28 tabancas (aldeias) das regiões de Quinara e Bolama/Bijagós, entre as quais a Tiniguena tem sido recebido o apoio dos vários membros das diversas associações locais, nomeadamente, a pequena agricultura familiar, a pesca artesanal responsável, bancos de cereais, atividades geradoras de rendimento, reforço organizacional de organizações locais de agricultores, pescadores, mulheres e jovens de todas localidades que constituem as referidas regiões.

Segundo o documento da fundação da Tiniguena (1991), também ajudou ativamente nas legalizações das terras dos 57 membros da Associação da Zona Verde. A finalidade era abranger a contribuição a outros grupos de agricultores residentes. Dessa maneira, encorajando a valorização das terras agrícolas em todos espaços da Zona Verde. Além da valorização dos recursos florestais, a ONG também apoiou na pequena criação dos animais naquelas localidades. Portanto, enquanto Cantanhez, a ONG trabalha conjuntamente em comunhão com outras ONGs nacionais, uma delas é Ação para o Desenvolvimento (AD), com a mesma finalidade de salvaguardar uma das importantíssimas florestas do país.

6 A ONG- AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (AD)

Assim como foi abordado sobre o trabalho da ONG Tiniguena, na mesma linha de pensamento analisaremos também as intervenções e ações da ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) em conservação e prevenção do meio ambiente no Parque Nacional de Cantanhez. AD é uma organização não governamental com fins não lucrativos, apartidária e não religiosa, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É uma associação de pessoas que vivem os mesmos valores, partilhando os mesmos ideais que visam a promover uma ética de desenvolvimento centrada no homem e não no crescimento econômico.

Sensibilizar as populações rurais e a opinião pública guineense e internacional para problemas causados pela deterioração do meio ambiente na Guiné-Bissau assim como promover técnicas agro-silvo-pastoris a valorização e conservação dos recursos genéticos locais no quadro da luta pela preservação da natureza e da melhoria das condições de vida das populações (ESTATUTOS DA AD, 2011, p. 01).

A organização desenvolve o seu trabalho focando em conscientização das populações guineenses com o seu meio natural, baseando-se em mecanismos de prevenção e conservação. Ela é constituída por seguintes órgãos: a Assembleia Geral, que agrupa todos os membros em regras das suas obrigações; Direção Executiva e o Conselho Fiscal. E a sua intervenção para resolução dos problemas ambientais consiste basicamente no desenvolvimento do Programa da Educação Ambiental em todas comunidades locais (RAPPORT D'AUDI DES COMPTES DE L'ONG, 2010).

Segundo Rapport d'audit des comptes de l'ONG AD (2010), a Ação para o Desenvolvimento (AD) foi criada no dia 9 de novembro de 1991, por um grupo de pessoas de diferentes formações. Ela intervém em três zonas opostas, sendo que em cada uma dessas áreas é executado um programa financiado por vários montantes de fundos, que possuem material e recursos humanos para a gestão do programa que é realizado lá. Nesse sentido, a organização elaborou os programas correspondentes aos diferentes espaços geográficos, onde o Parque Nacional de Cantanhez faz parte, que são:

- Programa Integrado de Cubucaré (PIC), baseado em Iemberém no Sul;
- Programa de Ajuda às Associações de Norte (PANO), que dispõe da sua sede no São Domingos;
- Programa Integrado de Quelélé (PIQUELELE), baseado em Bissau a sede da Associação.

O Parque Nacional de Cantanhez, conhecido por guineense como Matas de Cantanhez, é uma zona que fica no sul da Guiné-Bissau, na região de Tombali, com superfície 106.767

há, foi criado e oficializado pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) no dia 19 de março de 2008. De acordo com o relatório do Plano de Gestão PNC (2007), no interior do parque vivem aproximadamente 23.992 pessoas, distribuídas por 110 aldeias.

Ele possui os traços mais bem preservados de florestas permitivas sub-húmidas do País, bem como savana, mangais florestas e áreas agrícolas. Devido ao elevado potencial ecológico, essa área foi reconhecida desde o período colonial, razão pela qual, imediatamente após a independência, toda esta zona foi integrada na Reserva de Caça de Cantanhez, onde direitos de caça eram reduzidos dentro do recinto do espaço do parque.

Percebe-se que as atividades executadas pela ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) partem dos programas oficiais pré-estabelecidos. Dessa forma, a observação e análise do meio ambiente, a leitura e interpretação do ambiente permitem identificar os problemas específicos às próprias localidades.

Foi nesse sentido que a ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) passou a desenvolver programas que permitem a conservação e preservação do meio ambiente de uma forma sustentável, não apenas para as presentes gerações, mas também para as futuras. Um desses programas foi o Projeto Ecocantanhez – Ecoturismo no Parque Nacional de Cantanhez, sendo eles:

- **Turismo ambiental:** baseado na contemplação de paisagens nas 14 matas, na observação de animais (macacos, chimpanzés, elefantes e búfalos), aves (pelicanos e aves migratórias na foz do rio Cacine), passeios fluviais no rio Cacine e afluentes, itinerários pedestres ou de bicicleta de 1 a 2 horas, visita à ilha dos Pássaros, ilhéu de Melo, Ilha de Nuno Tristão ou não Parque Natural Marinho de João Vieira e Poilão, bem como a miradouros de bebedouros de animais.
- **Turismo histórico:** onde se valoriza o facto de Cantanhez ter sido o berço da nacionalidade guineense e onde ainda estão presentes alguns vestígios luta de libertação nacional, tendo como grupo-alvo os quadros guineenses sentimentalmente ligados à história recente da Guiné-Bissau.
- **Turismo da saudade:** tem como grupo-alvo os antigos militares portugueses que fizeram a guerra naquela zona, em especial em Guiledje, Gandembel, Cacine, Gadamael-Porto, Bedanda, Iemberém, Cafine, Cadique, Caboxanque, etc.
- **Turismo Cultural:** com formas de percepção e de estar da vida das diferentes etnias locais (nalús, tandas, balantas, fulas, djacancas, sossos), danças e música de cada das etnias, história e estórias, lendas, religiões e crenças, modos de vida, formas de vestir, instrumentos de trabalho (agricultura e coleta) e organização social das tabancas e regulados.
- **Turismo Científico:** com a procura do conhecimento da geografia física do estudo dos diferentes biótipos da região (bolanhas, florestas, palma, mangal), identificação da exploração da fauna e flora pelo homem (alimentos, construção, medicamentos, energia, canoas) e dinâmicas da fauna (chimpanzés e babuínos) e flora (ESTATUTOS DA AD, 2011).

Todas as intervenções e ações executadas normalmente são baseadas na educação ambiental e nas divulgações das informações sobre a importância do meio ambiente. Conforme Estatutos da AD (2011), a primeira Escola de Verificação Ambiental (EVA) surgiu em 1995, na Suzana, Norte do País. Para o mesmo documento, as EVAS são unidades escolares oficiais que iniciam de primeira (1^a) à sexta (6^a) classe e, foi nelas que começaram implementação dos programas de desenvolvimento da componente ambiental, levando as crianças, jovens e a sociedade em geral a compreenderem melhor as interpelações entre o homem e o meio ambiente por meio de uma aprendizagem natural nas disciplinas antigas de ensino.

Desse modo, descobrindo, assim, a rica e bela natureza através de passeios organizados nas matas, e estabelecendo a aprendizagem em torno de assuntos, busca-se renovar dessa maneira a organização em um contexto escolar na perspectiva de uma evolução positiva das relações entre a escola e o seu meio. A Escola de Verificação Ambiental (EVA) metodologicamente procura o envolvimento dos pais dos alunos na vida da escola, por meio da construção do edifício e participação nas visitas de estudo dos estudantes ao exterior.

Os Estatutos da organização (2011) enfatizam que os membros da Escola de Verificação Ambiental apostam na prestação do trabalho da escola à comunidade local, na base da difusão da utilização de latrinas, apoio no combate à cólera, coleta e identificação de plantas medicinais, acesso ao visionamento público dos programas de televisão, funcionamento do biblio-videotecas e coleta de dados meteorológicos. No âmbito da valorização cultural de acordo com o mesmo documento, algumas Escolas publicam jornais da escola, a exemplo de “Pó di Carbon”, contribuindo para a criação e construção de casas do ambiente e cultura. Enquanto atualização de conhecimentos dos professores, têm sido organizados cursos de formação ambiental e de ecopedagogia de ensino. Desse modo, AD vem espalhando Escolas de Verificações Ambientais (EVAS) em zonas litoral da Guiné-Bissau, especialmente as de Orango, Bolama, Bubaque e Buba.

A EVA da cidade de Suzana criou a sua primeira rádio escolar em 2002, a qual funciona integralmente pela ação dos próprios alunos, permitindo reforço do espírito do seu trabalho inicial, sobretudo no que diz respeito às formas de comunicação com os outros. Dessa maneira, permite as crianças aprender a redigir texto, a sintetizar ideias e informações, ler e escrever de forma correta a língua portuguesa.

A educação ambiental em meio escolar estabelece uma abordagem às questões ambientais, por meio dela a comunidade local utiliza como instrumento de resolução dos

problemas que afetam a vida da comunidade. Todos associados aprendem a conhecer o meio ambiente, a prevenir, resolver e analisar os seus problemas num contexto local, regional e global. Nesse sentido, a educação ambiental tem um significado muito importante que pode levar o ser humano a conhecer e a se conscientizar sobre os problemas da natureza.

Aponta Caio Floriano dos Santos (2005) que a educação ambiental é uma área do ensino voltada para a conscientização dos indivíduos sobre os problemas ambientais e como ajudar a combatê-los, conservando as reservas naturais e não poluindo o meio ambiente. Esse investigador percebe-a como um processo de educação responsável por formar as pessoas preocupadas com os problemas ambientais e que busquem a conservação natural e a sustentabilidade. Para ele, as pessoas precisam ter a consciência de que fazem parte do meio ambiente. Protegê-lo significa proteger a existência da humanidade. No entanto, a conscientização deve ser individual e coletiva, para que seja efetiva, o desenvolvimento do pensamento crítico nos jovens.

Para Santos (2014), a preservação do meio ambiente depende muito da forma de atuação das gerações presentes e futuras, que estão dispostas a diminuir o impacto ambiental. Por essa razão que a educação ambiental é de extrema importância e deve ser abordada nas escolas, para que todos os membros da sociedade desenvolvam uma consciência ambiental e que tenham atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente.

Nesse sentido, Ação para o Desenvolvimento (AD), através das Escolas de Verificações Ambientais (EVAS) percebe que a educação é um meio mais seguro para alcançar uma verdadeira tomada de consciência dos problemas ambientais, desde conhecimento do meio à mudança positiva e durável aquisição de técnicas condizentes a uma melhor gestão dos espaços. Portanto, os seus gestores entendem que o desenvolvimento e ambiente são fenômenos inseparáveis, uma vez que o empobrecimento estabelece pressões sobre os recursos naturais (terra, água, floresta, fauna, flora, solo e subsolo), agravando desse modo a degradação do meio ambiente. Razão pela qual, em 2004, construíram as Escolas de Verificações Ambientais (EVAS) nas seguintes regiões da Guiné-Bissau.

- No Norte (Região de Cacheu):
 - ✓ Escola de Verificação Ambiental de Suzana;
 - ✓ Escola de Verificação Ambiental de Lale;
 - ✓ Escola de Verificação Ambiental de Elia;
 - ✓ Escola de Verificação Ambiental de Tenhate.
- No Sul (Região de Tombali):

- ✓ Escola de Verificação Ambiental de Iemberém;
- ✓ Escola de Verificação Ambiental de Cadique.

A Educação Ambiental serviu como base da instituição escolar, por constituir uma abordagem significativa às questões ambientais, através dela que as Escolas de Verificações Ambientais (EVAS) e as comunidades conseguem associar problemas que afetam a vida da população com vista à sua resolução. A educação ambiental tem por finalidade a formação de um tipo de cidadão que tem valores e comportamento favoráveis à proteção, restauração do meio ambiente e à gestão útil de recursos (ESTATUTOS DA AD, 2011).

No ensino ambiental, os ingressantes conseguem apreender a conhecer o meio ambiente, a prevenir e saber resolver os seus problemas, no âmbito local, sub-regional e global. Nesse sentido, o projeto das Escolas de Verificações Ambientais tem como pauta de trabalho a coletividade, intuída, desejada e decidida pela escola e pela própria comunidade, alicerçada numa leitura do ambiente. Busca, assim, a origem, justificação, identificação dos problemas e dificuldades que perturbam o seu desenvolvimento. Assim, os problemas identificados então são traduzidos em assuntos de aprendizagem, implicando a sua resolução e prevenção por meio do envolvimento de toda a comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos nesse trabalho, podemos perceber que os conflitos ambientais sempre foram vistos como algo negativo na Guiné-Bissau, os quais deveriam ser, sempre que possível, evitados. Isso fica claro quando a Organização Não Governamental (ONG) - a Tiniguena viu a instalação da barragem de central elétrica pela empresa estrangeira (indiana) no Parque Natural de Lagoa do Cufada como uma ameaça aos conflitos entre a ONG, a população local e o próprio Estado, provocada pela falta de diálogo entre as partes, que poderá representar uma ameaça muito grande para um desenvolvimento sustentável.

Os conflitos ambientais no país são um fenômeno que começou com a luta entre grupos étnicos pelas apropriações de terras para fins agrícolas, o que levou, mais tarde, à implementação do projeto da entidade privada com interesses particulares. Percebemos que o projeto da ONG - Ação para o Desenvolvimento (AD) na zona de Cabucaré modificou de certa forma os modos prevenção e conservação do meio ambiente anterior da população nativa, ditando assim seus próprios modos e regras de prevenção e conservação do meio ambiente. Lembramos que estes povos tinham suas formas de conservação e prevenção do

meio ambiente, quando chegou a ONG - AD, através do seu “projeto de salvaguardar a florestas”, introduziu novas práticas de conservação e prevenção dos recursos naturais, diferentemente dos saberes, práticas, percepções e representações dos nativos sobre a natureza.

Na maior parte das vezes, as inter-relações que envolvem as instalações das empresas e implementações dos projetos são críticas, pois muitas vezes o Estado se alia aos empresários, cedendo a todas demandas desse setor, principalmente, transformando territórios de uso comum em propriedade privada, sempre calcado no discurso do “desenvolvimento” e do “crescimento econômico”.

O aumento da exploração dos recursos naturais e seu avanço para áreas protegidas ocasiona um choque entre formas de uso e significação dos territórios, com isso poderíamos afirmar que esta é a raiz do que se tem visto na Guiné-Bissau como uma crescente disseminação de conflitos ambientais. Diante disso, podemos compreender uma preocupação crescente, por parte dos governos e das empresas, em manter uma “boa imagem”, chamando a atenção para “projetos voltados para a disseminação de tecnologias de resolução dos conflitos ambientais” (ACSELRAD, 2004), que buscam manter, entre outros aspectos, a “boa governança”.

A Guiné-Bissau sempre foi um país que pautou pela conservação e prevenção do meio ambiente natural e humano, com suas próprias leis que regulam e que permitem acesso a tais recursos. Ao longo do tempo, participou nas várias convenções internacionais em busca de um ambiental saudável. Por conta das instabilidades políticas e dos sucessivos golpes do Estado, o país não conseguiu garantir cumprimentos dessas legislações, o que levou a grandes violações das áreas protegidas, dificultando, assim, as atuações das ONGS. Além das fragilidades do Estado, as Organizações Não Governamentais (ONGs) trabalham com meios financeiros, logísticos e materiais insuficientes e a maioria dos profissionais não são formados em área do conhecimento relacionadas ao meio ambiente. A maioria das ajudas vêm dos seus parceiros internacionais e pouco é proveniente do governo da Guiné-Bissau, haja vista que muitas vezes houve má gestão desses fundos, o que dificulta o funcionamento das ONGs, que, desse modo, acabam perdendo suas essências de trabalho em prol do bem comum.

Entretanto, tendo em conta a importância que o meio ambiente tem para vidas dos seres vivos (humanos e não humanos) e as consequências que ele poderá causar tanto para atual quanto para as futuras gerações, é indispensável a sua conservação e prevenção. Nesse sentido, o Estado da Guiné-Bissau deveria implementar diversos mecanismos para minimizar

tais problemas, pautar-se pelo cumprimento das leis que visam à proteção do meio ambiente, sobretudo, nas áreas conservadas. Além disso, deveria elaborar e, por último, implementar as políticas públicas destinadas a essas populações – políticas públicas essas que, com certeza, diminuirão a dependência das populações locais ao acesso incontroleáveis dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 07-18.

AUDIT DES COMPTES DE L'ONG AD EXERCICE-BISSAU, 2009.

BARROS, de Regalla Aissa; VAZ, Cristina Ana; CARDOSO, Leonildo. **Manual sobre ambiente e conservação**. 2013. Disponível em: http://www.uepaane.org/files/4914/6055/-5535/9_Manual_Ambiente_e_Conservacao.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

COSTA, Castilho Cristina Maria. **Gestão da comunicação: terceiro setor, organizações não governamentais, responsabilidade social e novas formas de cidadania**. São Paulo: Atlas, 2006.

COUTINHO, Joana. As NGS: origens e (des) caminhos. **Revista Lutas Sociais**, v. 13, n. 12, 2005.

ESTATUTOS DA AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (AD). Bissau, 2011.

FOLHA DE VERDADE DA GUINÉ-BISSAU. 2017. Disponível em: <https://folhadeverdade.blogspot.com/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

IBAP - INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. **Relatório anual de atividades 2003**. Disponível em: <https://ibapgbissau.org/Documentos/Relat-%C3%B3rios%20anuais%20do%20IBAP/Relatorio-anual%20IBAP%202003.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBAP - INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. **Relatório anual de atividades 2006**. Disponível em: <https://ibapgbissau.org/Documentos/Relat-%c3%b3rios%20anuais%20do%20IBAP/Relatorio-anual%20IBAP%202006.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBAP - INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. **Relatório anual de atividades 2007**. Disponível em: <https://ibapgbissau.org/Documentos/-Relat%c3%b3rios%20anuais%20do%20IBAP/Relatorio-anual%20IBAP%202007.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBAP - INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. **Relatório anual de atividades 2010**. Disponível em: <https://ibapgbissau.org/Documentos/Relat->

%c3%b3rios%20anuais%20do%20IBAP/Relatorio-anual%20IBAP%202010.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBAP - INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E DAS ÁREAS PROTEGIDAS. **Relatório anual de atividades 2011**. Disponível em: <https://ibapgbissau.org/Documentos/Relat-%c3%b3rios%20anuais%20do%20IBAP/Relatorio-anual%20IBAP%202011.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

INDJAI, V. **Plano de comunicação e educação ambiental para a Guiné-Bissau**. 2015. 167p. Relatório de projeto (Mestrado em marketing) - Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2015.

JUSTINO, Ana Neri da Paz. **Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental**. Natal: EdUnP, 2010.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral/Carlos Lopes (org.)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

LOUREIRO, Bernardo Frederico *et al.* **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Batista Maria Aline. O percurso Histórico das ONGS no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9.*, João Pessoa, 2012. **Anais [...]**. João Pessoa, 2012.

MAPAS DO MUNDO. **Mapa Guiné-Bissau**. 2019. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/maps/guinea-bissau-mapa.jpga>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MARTINS, Maria Aneliese. **Manual de orientação: passo a passo para criação de uma organização social**. Instituto Cerbel/ ICDH, 2007. Disponível em: http://www.icdh.org.br/imagens/publicacoes/manual_para_criar_uma_ong.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

NAMONE, D. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: Etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. 2014. 120p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2014.

NETO, Lima Fernando. As organizações não governamentais no limiar do novo século: da caridade cristã ao profissionalismo engajado. **Rev. Ciências sociais da PUC- Rio**, n. 12, 2013.

OLIVEIRA, de Santos Rafael; WEBER, Trevisan Catiane. **Atuação das organizações não-governamentais ambientalistas: uma perspectiva internacional**. Belo Horizonte: Editora Dom Helder, 2018.

PHILIPPI JR., Arlindo *et al.* **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005.

PROGRAMA QUADRIENAL TINIGUENA. **Projecto Kil Ki Di Nos Tem Balur, Projecto Urok Osheny e Projeto Anos Ku Tem Tera**. Disponível em: <http://www.tiniguena.org/page10.html>. Acesso em: 07 jun. 2019.

RAPPORT D'AUDIT DES COMPTES DE L'ONG AD EXERCICE. Bissau, 2010.

REGALLA, A. **Projecto autoavaliação nacional das capacidades e reforçar (ANCR)**: Inventário das necessidades prioritárias de reforço de capacidades para a gestão de ambiente nacional e mundial. Relatório do perfil temático na área da desertificação/degradação das terras na Guiné-Bissau, 2010.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RELATÓRIO DO PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE CANTANHEZ (PNC). Bissau, 2007.

SANÓ, L. **Política ambiental e mecanismos de gestão participativa**: um estudo de caso na Guiné-Bissau. 2016. 69p. Dissertação (Mestrado em Economia e gestão do ambiente) - Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2016.

SANTOS, dos Floriano Caio. Projeto de Desenvolvimento em Rio Grande (RS): O Papel da Educação Ambiental na Resolução Negociada de Conflitos Ambientais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., Minas Gerais, Caxambu, 2014. **Anais [...]**. Caxambu, 2014.

SCHEID, Laís Liara *et al.* O papel das organizações não governamentais –ONGs para a divulgação da imagem turística do Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 1., Caxias do Sul, RS, 2010. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS, 2010.

SOUSA, E. N. C.; SANTOS, F. A. O processo de implantação do Parque Estadual do Cocó, Fortaleza (CE): conflitos e perspectivas. **Revista de Geociências do Nordeste**, Fortaleza, v. 2, 2016.

TEIXEIRA, Ricardinho Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife: Editora do Autor, 2015.

TEMUDO, Padrão Marina. A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. **Revista Etnográfica**, v.13, n. 2, 2009.

TINIGUENA. **Estatutos da Tiniguena**: revisão aprovada pela 9ª Assembleia Geral da Tiniguena. Guiné-Bissau, 2003.

TINIGUENA. **Associação de Promoção do Desenvolvimento Participativo na Base e Gestão Durável dos Recursos Naturais-Bissau**. Guiné-Bissau, 1991.